



Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 106.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1980
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lineu Turra, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho e Werner Wanderer (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Aguinaldo Pereira Lima, Cyro Martins, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, João Elísio, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezzi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes. (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 96/80

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Fica assegurado aos ocupantes dos cargos de Médico, Dentista, Biólogo, Cirurgião Dentista, Farmacêutico, Auxiliar de Enfermagem, Operador de Raio X e Técnico de Enfermagem, que trabalhem com doenças transmissíveis ou radiações, gratificação correspondente a quarenta por cento sobre os seus vencimentos.

Parágrafo Único - A gratificação adicional de insalubridade de que trata este artigo, será devida no percentual de vinte por cento para os ocupantes dos mesmos cargos, que não trabalham com doenças transmissíveis ou radiações."

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1980.

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

A legislação federal assegura a gratificação adicional por insalubridade para os profissionais que trabalham na área médica.

O mesmo direito deve ser assegurado aos funcionários públicos estaduais que trabalham com doenças transmissíveis ou radiações.

Prevendo-se, inicialmente, o pagamento dessa gratificação adicional para os servidores ocupantes de cargos em cujas funções poderá ocorrer a hipótese aqui prevista, esse benefício poderá ser estendido, futuramente, a todos aqueles que, mesmo na condição de auxiliares, trabalhem onde se tratam de doenças transmissíveis ou com aparelhos que provoquem radiações.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. GASTÃO VIEIRA DE ALENCAR, ocorrido, em data de ontem, nesta Capital.

Com o desaparecimento do Dr. Gastão Vieira de Alencar, perde o Estado do Paraná um dos homens públicos que mais honrou nosso Estado e a política paranaense.

Ex-Deputado Estadual e Federal, pelo PTB soube sempre o Dr. Gastão honrar suas tradições políticas e o Poder Legislativo Estadual e Federal, pois, como Parlamentar teve sempre destacada atuação desenvolvendo um trabalho de alto nível na defesa de seu povo e dos interesses paranaense.

Como cidadão viveu uma vida cheia de sucessos, constituindo-se numa pessoa admirada por um grande círculo de amizades, contribuindo sempre de forma espontânea em inúmeros movimentos comunitários, voltados sempre para o bem estar da população.

Seu passamento deixará profundas marcas de saudades a seus parentes e amigos.

Outrossim, REQUER ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na Rua Emiliano Perneta, n.º 22, sala 101, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA, ADALBERTO DAROS e
LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente Figueiredo e ao Ministro da Educação, Eduardo Portela, manifestando apoio ao projeto encaminhado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras ao MEC.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A situação do magistério superior é hoje das mais críticas. A admissão e o progresso na carreira estão vinculados à posse de títulos formais; existe retenção de docentes estagnados em classes inferiores; a chamada progressão funcional só beneficia os privilegiados com títulos; cargos criados pela reforma são desconhecidos pela legislação ou, quando implantados, não representam retribuição salarial; os incentivos salariais não estão preenchendo suas finalidades e os níveis dos salários das IES são inferiores aos de vários órgãos públicos, inclusive de universidades instituídas como fundações. Por estes motivos, e por outros, alinhados no documento encaminhado ao MEC, nos posicionamos favoravelmente ao projeto do Conselho de

Reitoria das Universidades Brasileiras, vendo nele uma solução para os problemas do ensino superior.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA: Requer expedição de TELEX ao Presidente do INAMPS — Dr. Harry Graeff e ao Superintendente do INAMPS no Paraná Dr. Alceni Ângelo Guerra, solicitando a instalação de um escritório de representação da entidade e de um médico supervisor para a zona urbana e rural no município de Terra Roxa.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a expedição de Telex, para as autoridades nominadas, objetivando ampliar as reivindicações no mesmo sentido encaminhadas pela Associação Comercial e Industrial de Terra Roxa, pois, reclamam a instalação naquele município de um escritório de representação do INAMPS e de um médico supervisor para as zonas urbanas e rural do mesmo, face às razões constantes da justificativa.

Requer-se a expedição de cópias à Associação Comercial e Industrial de Terra Roxa, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

O Município de Terra Roxa, deficiente quanto ao melhor atendimento previdenciário, tem o ônus de ver sua população se deslocar até Guaíra, para obtenção dos serviços do INAMPS, com custo de tempo e locomoção, atingindo, obviamente, as populações mais carentes, já sobrecarregadas de dificuldades.

Como se isso não bastasse para justificar o pedido, há que se lembrar ser o bom atendimento previdenciário, no campo, fator de retenção do homem rural no seu meio, evitando-se o já dramático êxodo rural.

Acresce-se, por outro lado, que o Município e Comarca de Terra Roxa integra a zona de influência da barragem de Itaipu e Ilha Grande, no Rio Paraná e se prepara para receber contingentes humanos, com aproveitamento na construção principalmente desta última barragem, pois, sua localização se dará nas proximidades da Vila Guarani, distrito integrante do Município de Terra Roxa.

Vê-se, pois, serem absolutamente procedentes as reivindicações expostas, rogando seu pronto atendimento.

Tais solicitações, também representam preocupações dos componentes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Terra Roxa, conforme expediente manifestado na última sessão plenária da CACIOPAR, realizada em 13/09/80, em Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 132/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n.º 7.206, de 01 de outubro de 1.979, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de (2) dois anos, terão o direito de contá-las em dobro, e para todos os efeitos legais, desde que a requeiram até 31 de dezembro de 1.980.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.980.

(a) ROMERO FILHO.

Apoiamto: NESTOR BAPTISTA, JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA, PÁLACIOS, CARLOS ZANLORENZI, DÁCIO LEONEL, LINEU TURRA, JOÃO MANSUR, PINTO DIAS, DOMÍCIO SCARAMELLA, TADEU LÚCIO MA-

CHADO, EDILSON ALENCAR, NELTON FRIEDRICH, GILBERTO CARVALHO, JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS, MÁRIO CELSO, WALDYR PUGLIESI, JURANDIR MESSIAS, NILSO SGUAREZI, GABRIEL MANOEL e ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1.º da Lei n.º 7.206, de 01 de outubro de 1.979, conforme a redação atual, concedera o prazo de 120 (cento e vinte) dias para que os funcionários requeressem a contagem em dobro, e para todos os efeitos legais, de férias não gozadas e já atingidas pela prescrição de 2 (dois) anos.

O prazo para a tomada de tal medida findou a 31 de janeiro do ano em curso.

Não houvera divulgação ampla da dita lei, e a maioria esmagadora do funcionalismo público não tem acesso ao “DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO”, quase sempre trancado na gaveta dos chefes da repartição, na Capital e no interior.

Esse fato impediu que inúmeros interessados tomassem conhecimento da oportunidade que lhes era ensejada.

Assim, pois, numa atitude de solidariedade humana, pretendemos beneficiar a sofredora classe dos servidores públicos, através do alargamento do prazo para a contagem em dobro das férias não desfrutadas.

Como o presente projeto de lei é constitucional, e como os Srs. Deputados muito prezam o esforço construtivo do funcionalismo público estadual, não temos dúvida de que será unanimemente aprovado.

1 SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem certas coisas que não dá para a gente entender.

Esta semana, este Deputado apresentou um requerimento à Casa, pedindo que fosse enviado expediente à Secretaria da Justiça, buscando algumas informações, ou, mais especificamente, duas informações: Queria saber se o Estado do Paraná havia adquirido terreno para a construção da Penitenciária Regional do Norte do Estado; e, se fosse positiva ou negativa esta nossa indagação, gostaria também de saber da Secretaria da Justiça, o local exato da situação do imóvel, o valor que o Estado teria pago pelo mesmo, o nome do vendedor, a dimensão da área e as condições de pagamento.

Eram tão somente estas as informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que gostaria que a Secretaria da Justiça informasse a esta Casa.

Não sei “por que cargas d’água”, a Liderança do Governo entendeu de rejeitar mais uma vez esta pequena informação da Oposição, nesta Casa.

E, analisando mais esta rejeição, mais este gesto da Liderança do Governo nesta Casa, passei a formular algumas indagações a mim mesmo: Por que será que o nobre Líder do Governo, vez ou outra, orienta os seus nobres liderados, no sentido da rejeição pura de pedido de informações, formulado por este Deputado, e por outros Deputados da Oposição aqui nesta Casa?

Será que realmente o Palácio Iguaçu determina para que determinados pedidos de informações sejam rejeitados pela bancada do Governo nesta Casa, ou será que essa rejeição não passa de mero reflexo da fobia da Liderança do Governo em rejeitar por rejeitar pedidos de informações?

Porque, ao representante do povo que exerce uma função até de fiscalização dos atos do Poder Executivo, cabe, isto sim, procurar saber a verdade. E, se não há nada a esconder, porque não, prestar as informações que o Deputado requer?

Parece-me que se não há nada a esconder, se não há nada

a temer, não há efetivamente o que tentar esconder.

Em Londrina, circulam boatos, circulam rumores de que o Governo do Estado, se não comprou, estaria na iminência de comprar uma área para construir a Penitenciária Regional do Norte do Paraná, obra, aliás, altamente necessária, diga-se de passagem.

Mas, os boatos também são no sentido de que esta área que estaria na iminência de ser adquirida pelo Governo do Estado, se é que já não foi adquirida, - porque este Deputado não teve o direito de ter acesso a essas informações, - esta área estaria situada no Distrito de Tamarana, e que esta área pertenceria ou pertence a uma figura importante da política estadual, cujo nome também não sei e gostaria de saber, tanto que nas minhas indagações eu fiz esta solicitação.

Mas, o que é pior, é que os rumores que pairam sobre esta transação, - se é que ela se concretizou, - é que o Governo se não pagou, estaria na iminência, em concretizando o negócio, pagar quantia exorbitante, numa área, ou por uma área conhecida como a Fazenda dos Três Morros, porque seu proprietário há mais de 7 anos vem tentando vendê-la e não consegue.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é que ao Deputado cabe, a partir do instante em que ele toma conhecimento de algum indício, ou de alguns indícios de possíveis irregularidades, estão acontecendo na condução da coisa pública?

É procurar saber a verdade. E essa verdade o nobre Líder do Governo negou a este Deputado, nesta semana, quando formulei um pedido de informações à Secretaria da Justiça.

Coincidência, ou não, Sr. Presidente, a divulgação de nosso requerimento à Secretaria da Justiça emitiu uma nota oficial que foi publicada no "O Estado do Paraná" e na "Folha de Londrina", prestando informações pela metade.

Acho que ao Deputado não cabe aceitar informações, primeiro, se não pela via legislativa, porque é um visível desrespeito ao Poder Legislativo; segundo, informações pela metade. Porque acho que os interesses do povo e o dinheiro público deve ser tratado com o maior respeito e com o maior zelo possível.

Portanto, fica aí, ao nobre Líder do Governo esta nossa estranheza pela rejeição de mais um pedido de informações. Por que será que ocorrem essas rejeições? Será por que estamos querendo a verdade e o nobre Líder do Governo, quem sabe, recebe orientações do Governo para assim proceder, ou ele tem fobia por pedidos de informações da Oposição?

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Romero Filho, segundo orador inscrito.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Le):

"Trazemos, hoje, ao conhecimento geral o que vem sucedendo de anormal com o município que foi criado há mais de dois anos. Trata-se de DOURADINA, recém-desmembrado do Município de Maria Helena.

Depois da lei que criou o Município de Douradina, o Prefeito de Maria Helena se desinteressou de continuar a administrá-lo. Em consequência disso, a população vem sofrendo as agruras de total abandono, sem ter a quem apelar.

As estradas municipais estão se tornando intransitáveis, por falta dos trabalhos de conservação. A região é, no entanto, grande produtora de cereais. Não demorará a chegar o momento em que a produção não poderá escoar-se, com graves prejuízos para os produtores e, também para os cofres públicos.

A vida de Douradina assiste, inerte, ao descalabro administrativo. Ruas esburacadas, lagoas de água suja, valetas en-

tupidas. Este é o quadro que se planta, como se Douradina estivesse destinada a transformar-se numa lamentável tapera.

Justifica-se, em parte, a inação do Prefeito de Maria Helena, completada a mutilação do seu município, não há razão para que prossiga a investir recursos financeiros em melhoramentos públicos no território desmembrado. A população de Douradina, isto reconhece, embora seja a indefesa vítima do que está acontecendo.

O fato vai agravar-se diante da prorrogação das eleições municipais, já decidida nos encaninhos insondáveis do Poder. Douradina não vai poder eleger, portanto, como estava estabelecido, o seu primeiro prefeito, em novembro próximo. Está condenada à triste sorte de ter de suportar, talvez por mais dois anos, o regime de abandono e de descalabro.

A situação se tornará, então, insustentável. Uma população laboriosa, que transformou uma região, outrora improdutiva, num grande e rico centro de atividade agrícola e comercial, paga o pecado de haver construído o progresso. Não é justo nem humano.

As figuras mais representativas de Douradina preferem, ao impasse surgido, uma solução drástica, mais corajosa, - a intervenção do Estado no município recém-criado, pela nomeação de um Prefeito, atento aos problemas locais até enquanto não se realizem as eleições previstas.

Somos democratas, e, nessa condição, julgamos que cabe ao povo o direito de livre escolha, através de voto nas urnas, de seus governantes. Mas, no caso em espécie, há a impossibilidade do imediato pronunciamento popular, em vista dos artifícios a que maliciosamente recorre o Governo, para forçar o adiamento das eleições. Por isso, a nomeação de um interventor municipal em Douradina é a saída racional que resta. Haverá pelo menos, sob esta fórmula esdrúxula, um administrador, a cuidar dos múltiplos problemas do novo município, dando assistência às estradas e escolas, aos problemas de arreamento, de conservação de ruas, e levando à população, a segurança e o bem estar àquela que se faz jus.

Em nome, pois, do povo de Douradina, dirigimos ao Sr. Governador do Estado a solicitação recebida, para que Douradina tenha um interventor, que substitua, pela ação, o Prefeito de Maria Helena, agora desinteressado em atender a parte que se desmembrou do seu município. Esperamos que o interventor seja capaz e eficiente, probo e devotado à causa pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Vice-Prefeito do Município de Jataizinho, Sr. José Correia de Lacerda.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos, antes de entrar no mérito do nosso pensamento, vir a esta tribuna para nos parabenizar com o Congresso Nacional, pela dilação de prazo, pela dilação que deu aos Prefeitos e principalmente a essa imensidão de Vereadores que, hoje, têm assegurado o seu mandato. Então, para que fique bem claro o nosso posicionamento:

— Sabíamos que, se assim não fora, se o Congresso Nacional sabiamente não houvesse votado pela prorrogação dos homens que estão dirigindo o Legislativo e o Executivo dos municípios, hoje, nós estaríamos num impasse, estariam, milhares e milhares de Vereadores, marginalizados. Souberam sabiamente os nossos representantes, principalmente do PDS com assento na Câmara Alta e na Câmara dos Deputados, votar, para que os Srs. Vereadores continuassem no Poder Legislativo, fiscalizando e trabalhando pelas suas comunas; então, é o

momento de nos parabenizarmos com a atitude sábia do Congresso Nacional e com a atitude sábia do Presidente, ao sancionar principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os mandatos dos Vereadores que são os lícitos representantes de suas comunas.

Queríamos também, neste instante - não para divagar nem para contestar - apenas fazermos uma pequena ressalva no que concerne aos ataques do meu querido amigo Deputado da Oposição, que vem atacando incessante e constantemente o nosso Líder.

A rejeição de um Pedido de Informações, muitas vezes não o é, à vontade do Líder, mas, à vontade dos Deputados com maioria de assentos nesta Casa e, por serem, talvez, maioria, abusem do excesso de confiança do esquema do Governo, este Governo que está trazendo ao Paraná a justiça, e principalmente a justiça social.

Então, gostaríamos apenas de pedir ao Deputado José Tavares, a clemência, a justiça de que ele é portador, um menino de um tirocínio político-administrativo, sabe muito bem, que, a maioria tem que se fazer prevalecer dentro dos parâmetros e dentro do serviço sincero, humilde e honesto mas, seguro, ao lado da Pátria brasileira.

Não podemos encher a Assembléia Legislativa de pedidos de informações, muitas vezes com razão mas, muitas vezes, divagando apenas demagogicamente. Apenas, para dizer ao Paraná que Erondy Silvério, que dita os pedidos de informações mas, eu como membro da Assembléia, como membro honrado do honroso partido em que nós representamos, muitas vezes solicitei ao Líder que não deixa passar pedidos de informações, como se fora uma denúncia vazia.

Então é por isso, nobre Líder, Erondy Silvério, que Vossa Excelência tem o nosso apoio e sei muito bem que o Deputado Tavares também cumpriu com sua obrigação mas, no coração ele sabe, que se fossem trocados os papéis e fosse inverso e nós tivéssemos uma minoria, talvez tivéssemos espelhando naquela tribuna, para fazer passar a nossa demagogia, mesmo que pálida, para podermos dar uma satisfação ao nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e ao nosso companheiro José Tavares.

Dizia um grande filósofo:

"Manda quem pode e obedece quem precisa"

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ha cerca de 15 dias, um tema muito importante tomou conta de todas as Universidades Federais do País; o engajamento de todos os professores numa reivindicação ao Governo Federal, visando a reestruturação da carreira do magistério superior.

Reunida esta semana, a Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná manifestou seu total apoio a um projeto encaminhado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras ao Ministro Eduardo Portela, da Educação.

Este projeto, é de maior importância e urgência, não só para devolver à carreira docente a capacidade de atrair e fixar talentos, como para restaurar na comunidade universitária a confiança despertada por aquele projeto.

Hoje, a situação se apresenta crítica para o magistério superior, por uma série de fatos, dos quais apresentamos aqui os mais graves: 1) a admissão e o progresso na carreira estão vinculados exclusivamente à posse dos títulos formais de pós-graduação, como se os graus acadêmicos de mestre e doutor fossem o único critério para aferir competência; 2) em conse-

quência da limitação do número de cargos e empregos em cada classe de carreira, em várias instituições ocorrem retenções de docentes que, embora qualificados para classe superior, ficam estagnados na classe inferior; 3) a chamada progressão funcional, também se constituiu em privilégio exclusivo daqueles que possuem títulos formais; 4) as alterações na estrutura e administração das instituições de ensino superior, por força da reforma universitária, originaram várias funções de direção e coordenação desconhecidas em nosso ensino superior tradicional. Essas funções, embora essenciais, são ignoradas na legislação em vigor e seus titulares, mesmo assumindo encargos adicionais, às vezes onerosos, não é atribuída qualquer retribuição salarial, motivo pelo qual cresce a dificuldade em recrutar os mestres; 5) os incentivos salariais têm se relevado impróprios para a carreira do magistério, voltando a privilegiar os títulos; e 6) os salários das instituições autárquicas estão em franca inferioridade aos de outros órgãos públicos, inclusive ao das Universidades instituídas como fundações.

Por este motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que solicitamos hoje a esta Casa, nos associando à manifestação da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, que seja aprovado o envio de manifestações de apoio ao projeto encaminhado ao MEC pelos professores, dirigidas ao Presidente Figueiredo e ao Ministro da Educação, Eduardo Portela".

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, desde menino ouço contarem a história de uma senhora, que assistia a um desfile militar, em cujo desfile, o filho participava como recruta do Exército.

A senhora, toda vaidosa, virou-se para uma amiga, durante o desfile, e disse:— veja, todo o batalhão com o passo errado, só meu filho com passo certo!

Ao que me parece, o nobre Deputado José Tavares é o único homem honesto que existe no Brasil. Levanta dúvidas contra tudo e contra todos, sem nunca trazer uma prova concreta de pseudas-acusações que traz a esta Casa.

Ainda hoje, ele está acusando o Governo do Estado de comprar uma área, na Cidade de Londrina, por um preço superior ao que ela vale; pertence a um figurão, mas não dá o preço, não dá o cartório onde foi lavrada a competente escritura e nem o nome do vendedor, que é um figurão da política.

Acho que se o Deputado tem esses dados, deve trazê-los à Casa, para que a nossa bancada interpele a autoridade responsável por uma transação rendosa e danosa aos cofres públicos estaduais.

Quanto às acusações que ele faz, nós recebemos instruções do Palácio Iguaçu para rejeitarmos ou aprovarmos determinados requerimentos da Oposição, nada mais infantil. Nossa bancada não recebe recado de quem quer que seja. Recebe apenas do povo que a trouxe em maioria esmagadora para esta Casa e como bancada política que é, reserva-se o direito de aprovar o que lhe aprouver e de rejeitar o que lhe convier politicamente.

Esta é a verdade, o mais é dor de cotovelo da minoria. Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Vicente Galdino, Presidente da Câmara Municipal de Japira, bem como do Sr. Moacir Costa, ex-Prefeito daquele município.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa participação no dia de hoje, diz respeito ao passamento de uma ilustre figura, de um ilustre homem público deste Estado.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao falecimento, no dia de ontem, de um ilustre homem deste Estado, Dr. Gastão Vieira de Alencar.

E não poderia, em nome de meu partido, do Partido Trabalhista Brasileiro, deixar de, nesta oportunidade, levar o nosso pesar. Mesmo porque o Dr. Gastão Vieira de Alencar, homem que aqui nesta Assembléia Legislativa, como na Câmara Federal, demonstrou a sua capacidade e a sua luta em prol do Estado do Paraná.

Nestas condições, como Líder do PTB nesta Casa, subcrevi também requerimento de autoria do Deputado Domício Scaramella, que propõe voto de profundo pesar pelo falecimento desse ilustre homem que, como disse, por aqui passou e deixou marcas, bem como do Deputado Federal.

Somente isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um dos assuntos que na sessão de hoje está merecendo a atenção dos Srs. Deputados, é exatamente aquele que se refere ao problema pedidos de informações.

Continuo a entender que depois que este Poder perdeu tantas prerrogativas, parece que o mais importante que ainda nos resta é o poder de fiscalização. E entendo que um dos caminhos principais para que os Deputados possam efetivamente exercer este poder, seria através de pedidos de informações.

Acho perfeitamente válida a tese de que "quem não deve, não teme".

Eu, por exemplo, apresentei um outro pedido de informações nesta Casa, que na quarta-feira foi votado mas não houve "quorum".

E ontem, não obstante a votação maciça dos Deputados oposicionistas, acabou não obtendo "quorum" em função de ter a bancada do PDS abandonado o plenário.

Quando se pretendeu dar uma justificativa do porquê do posicionamento da Bancada do Governo, contra o meu requerimento, pretendeu-se atribuir que seria um caso pessoal deste Deputado com o Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social.

Mas, na verdade, do próprio Deputado Tavares, que tenho lembrança, três pedidos de informações foram rejeitados, e sem explicações.

Recentemente um pedido de informações do Deputado Fiori Luiz e outros pedidos de informações.

O meu pedido de informações não é ofensivo. Apenas procurava saber os custos ou o custo das despesas que estavam sendo feitas com a publicação de matéria narcisista do Sr. Secretário da Saúde, da sua Secretaria, em órgãos da imprensa.

Quais os jornais, se todos os jornais do Paraná receberam esta propaganda de página inteira.

E ouvi estarecido, o Deputado Airton Cordeiro, da tribuna, inclusive fazer alusão de que a posição da sua bancada era em função das minhas divergências pessoais com o Sr. Secretário da Saúde.

Devo confessar que já há algum tempo tenho comigo vários xerox de notas fiscais, expedidas por compras da Secretaria da Saúde Pública e do Bem-Estar Social, cujas notas fiscais, cujos xerox pretendia juntar num pedido de informações à Secretaria da Saúde, para saber se era verdade, se havia feito aquelas compras, se aquela mordomia era real; mas não o fiz para que não fosse na ocasião, interpretado como homem que pretendia fazer qualquer campanha aqui contra o Sr. Secretário da Saúde.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O orador está

falando no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ah! Desculpe.

O SR. DÁCIO LEONEL — E devo dizer, Srs. Deputados, que essas notas fiscais nos dão conta de que a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, dentre outras coisas importantes, pelo menos é o que as notas registram, entre outras coisas importantes, ela vem comprando carne de caranguejo em latas, marisco, salmão, amêndoas, cerejas, baldes para Whisky; fiquei petrificado.

Fiquei petrificado, porque isto para mim, já não é nem mordomia; quase invade as raízes da corrupção, do poder que possam exercer ...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. DÁCIO LEONEL — E o que está acontecendo, Srs.

Deputados, não adianta eu juntar os xerox destas notas fiscais e pedir informações ao Secretário da Saúde, porque vai acontecer, o que tem acontecido sempre. O pedido de informações não passa. Simplesmente é rejeitado.

Fiz um apelo aos Companheiros da oposição e já recebi o apoio das Bancadas do PMDB, do PTB e, haverenos, através de uma CPI, saber a verdade, torcendo, talvez até, para que alguma coisa esteja errada, que as notas não sejam frias, que através de exames grafotécnicos se prove que não foram assinadas pela firma.

Mas, pelo amor de Deus, não vamos chegar ao final, que espero que não aconteça, que isto esteja acontecendo numa Secretaria, vejamos bem, de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná.

Voltarei ao assunto na próxima semana.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso de seu horário reservado. (Declina).

Consulta a Liderança do PTB. — (Declina).

Consulta a Liderança do PMDB.

Falará o Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Atendendo determinação da Liderança, nós estamos na tribuna para iniciar um assunto que, por certo, já na semana próxima, iremos ampliá-lo, quanto à situação do Paraná ante o Poder Central neste País.

O nosso Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fato, passa a ser um novo território do Brasil, um novo território, assim dizemos, porque se somos pródigos na contribuição de inúmeras riquezas, inclusive respondendo por dezessete por cento do total da exportação de produtos primários deste País, somos, na verdade, descaracterizados e impotentes na posição junto ao Poder Central e nos recursos que de lá poderiam vir.

Ainda não estão distantes os dados de que este Estado do Paraná, possuindo 17 agências previdenciárias, está aquém de todos os demais Estados do Extremo-Sul do País, pois o Rio Grande do Sul, possuindo 56 agências previdenciárias, e o Estado de Santa Catarina, 27, atestam a maneira como é tratado este Paraná no conceito da Federação.

Também, recentemente, ouvimos os dados de que o Banco do Estado do Paraná, recebe através do Banco Central, para efeito de custeio agrícola, um total de duzentos e oitenta milhões de cruzeiros, quando o Banco do Estado de Minas Gerais recebe, para a mesma dotação, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros.

Mas, também foi aqui já referido, de que a exposição

recentemente realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, recebeu para sua promoção, nada mais nada menos do que um cheque de duzentos milhões de cruzeiros para efetivá-la. O DNER paraliza obras, coloca diretamente milhares de paranaenses no desemprego, e nada acontece.

O programa de desenvolvimento do Oeste do Paraná, instituição criada e conduzida para minimizar o problema da hidrelétrica de Itaipu, na área, pois teremos não só 250 quilômetros de rodovias que serão inundadas, como teremos com este corte, paralização na obra do Hospital Regional de Cascavel, dificuldades para conclusão do Centro de Psicultura de Toledo, bem como, nessa redução de duzentos milhões de cruzeiros, corte realizado na última semana da PRODOPAR, teremos a quebra de perspectivas que se faziam necessárias dentro da região da bacia de Itaipu.

Mas, cortam-se duzentos milhões de cruzeiros do PRODOPAR, e nada acontece neste território novo do Brasil.

O que dizer dos temas trazidos a esta Casa, nesta mesma semana, quando mais uma vez se fez referência ao problema da não federalização das universidades estaduais do Estado; o que dizer, Sr. Presidente, das brigas contínuas e repetidas do débito existente da União para com o Estado, por parte da RFFSA na questão da Estrada de Ferro Central?

Como esquecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Estado perderá, nada mais nada menos, do que cinco por cento do seu território, para a construção de hidrelétricas, tendo a de Itaipu absorvendo não só 100.000 hectares de terras, não só expulsando oito mil famílias de uma das regiões mais produtivas do País, não só criando problemas de queda de ICM nos municípios daquela área, mas, acima de tudo, o resultado final: nenhum killowat da hidrelétrica de Itaipu ficará no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fato, isto aqui virou um novo território do Brasil.

E neste preciso instante, quando assistimos mais um golpe contra o Estado, porque mais uma representação acaba de ser demissionária dos altos escalões do Governo Federal, fica atestado, definitivamente, que não há poder político do Estado do Paraná perante a Federação.

Esse Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está dando, na verdade, de maneira clara, as razões aos homens de Oposição e aos paranaenses de boa vontade, que, nos últimos anos, têm tomado uma posição clara e decidida, de que os nossos problemas são tratados, na esfera federal, como de um território.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se ficássemos - e voltaremos ao assunto - a desfilar o que está se fazendo contra este Estado, e nada acontece não há como concluir diferente: o poder político faliu no Estado do Paraná, faliu. E aí precisamos, nós todos, refletir e debruçar com seriedade, sobre as causas que geraram esse desprestígio do poder político do Estado.

Ora, Sr. Presidente, ora, Srs. Deputados o que nos surpreende também, é que, por vezes, setores produtivos do Estado têm esboçado até um trabalho para desenvolver uma campanha maior contra esses abusos e essa indiferença.

Mas não temos tido, até agora, como resultante maior, uma formação até multipartidária, se necessário fosse, para enfrentarmos essa deficiência no trato do relacionamento União-Estado.

Srs. Deputados, não podemos esquecer que a riqueza deste Estado, na verdade, contribuindo seriamente para a riqueza do Brasil, notadamente no setor de exportação e entrada de divisas, temos não só a soja mas em especial o café, no entanto, este mesmo Estado, através de suas lideranças, a começar do Governo do Estado e Secretários de Estado, a terminar na esfera maior da União, não tem conseguido acabar, nem diminuir, o confisco do café.

Repetem-se, por meses e meses, por anos e anos, lutas contínuas, e, no entanto, essas lutas não conseguem ressoar

na esfera maior da União.

Isso tem, para mim, um significado especial. É, na verdade, a transformação desse Estado num novo território político.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Serei breve para não interromper o pronunciamento muito importante que Vossa Excelência faz, na manhã de hoje, porque esse deve ser o pensamento de todos os paranaenses de bom senso.

Acho que Vossa Excelência está abordando um assunto importantíssimo e de muita profundidade, inclusive para a Bancada do PDS, nesta Casa.

Há muito que vimos sentindo, efetivamente, que o atual Presidente da República não tem correspondido a enorme contribuição que o Estado do Paraná dá à Nação brasileira, principalmente na sua pauta de exportações, responsável que é, este Estado, por cerca de quase oito por cento do total das exportações do Brasil, em 1979.

Realmente, nós não podemos atinar o porquê dessa discriminação que se faz contra o Paraná, mas acho que está na hora de os representantes do povo, principalmente a Bancada do Paraná no Congresso Nacional, reagir, não contra a perda de posições na área administrativa do Governo Federal porque isto, para mim, é de somenos importância e não representa desprestígio algum do Governador Ney Braga no cenário nacional, porque, os dois cargos importantes que mantínhamos e que perdemos só aconteceram, pelo alto espírito dos seus ocupantes, e pelo espírito de absoluta independência com relação às suas atuações nas respectivas Pastas; o Ministro da Fazenda, todos conhecem o episódio, não se conformou com as limitações, restrições que lhe quis impor o atual Ministro do Planejamento o homem poderoso deste País; preferiu entregar a sua Pasta, solicitar a sua demissão, com o seu trabalho, com a sua anuência, a referendar uma política econômica desastrosa para o País; outra coisa não aconteceu com o Sr. Maurício Schulmann senão protestar veementemente contra os sucessivos cortes no cronograma financeiro das construções de usinas, programa energético que Vossa Excelência como um moço estudioso que é, sabe que não se planeja, não se executa em apenas um exercício financeiro, faz-se um organograma de trabalho, mas tem de acompanhá-lo; um cronograma financeiro; interrompido este, as obras sofrerão uma solução-retardamento, uma solução de continuidade e um retardamento, prejudiciais ao País.

Maurício Schulmann podia aceitar de cabeça baixa esses cortes, verdadeira discriminação contra o Estado do Paraná, mas, preferiu entregar seu cargo e manter a sua postura de homem digno que sempre foi e a sua independência de atuação.

Entretanto, as discriminações que se fazem principalmente na área dos transportes, contra o Paraná, é preciso se colocar um cobro a isto, é necessário que todos os homens públicos deste Estado se levantem uníssonos num protesto, contra a discriminação que se faz sentir contra o Paraná.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Agradeço ao ilustre Líder, e acrescentaria em referência ao seu adendo, de que, na verdade, também não nos preocupamos somente com a perda de posição porque me parece que ela é secundária.

O Sr. Erondy Silvério - Um breve adendinho: é este importantíssimo que esses ilustres paranaenses não sejam co-responsáveis pela desastrosa política econômica posta em prática, hoje, pelo Ministro Delfim Neto.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Exatamente, Vossa Excelência.

Se alguém chegasse neste instante, nesta Casa, talvez dissesse? é um homem da Oposição!

O Sr. Erondy Silvério — Não! Sou um homem de bom senso.
O SR. NELTON FRIEDRICH — Às vezes ao menos, devo concordar.

Porque, na verdade, essa perda de posição social é secundária mas não devemos esquecer que estiveram, no passado e até presente remoto, muitos desses paranaenses, coniventes participantes de toda a política que surgiu neste País, nos últimos anos, não há que se esquecer disto; por outro lado, fico contente em ver que a Liderança da maioria nesta Casa comunga desse espírito, porque também, devemos ressaltar, me parece, não ser o mesmo, o pensamento do Governo do Estado porque ainda ontem a imprensa veiculava de que o Governador Ney Braga dizia claramente de que, "não importam as posições, o Paraná, na verdade, está sendo muito bem assistido pela União, está recebendo os benefícios que ele merece".

Nós entendemos exatamente o contrário, porque entendemos também que, uma das culpas dessa situação exatamente está na perda do poder político do Sr. Governador Ney Braga.

Em que pese não ser este o objetivo da minha vinda à tribuna hoje, mas vale para reflexão, de que, se esse poder político está se esvaziando das mãos dos paranaenses, nós precisamos ir à origem dessa perda, talvez até aí, encontraríamos a concentração do poder político que este Estado teve durante principalmente o período da década 60/70, e essa concentração fez com que o Estado, ao invés de se aglutinar na sua comunidade formando forças vivas representando todo o seu conjunto, teve em si só a concentração, em nome de uma pessoa ou de um grupo tão somente.

Porque se nós sentimos, e há pouco analisamos, só no caso do INAMPS em que o Rio Grande do Sul, tem praticamente três vezes, o número de agências que tem o Estado do Paraná, isso prova que há um poder político mais sério, mais definitivamente forte naquele Estado e nós não conseguimos estar nem junto, muito menos na frente do próprio Estado de Santa Catarina que sabemos, economicamente, é bem mais fraco do que o nosso.

O Sr. José Tavares — Deputado Nelson Friedrich, quero cumprimentá-lo pelo objeto do seu pronunciamento; nesta manhã, e dizer também, que é profundamente lamentável o que vem ocorrendo com relação ao Estado do Paraná.

É um dos Estados mais importantes da Federação; é um dos Estados que mais tem contribuído para o "bolo nacional" e, quase nada ou muito pouco, tem recebido do Governo Federal em termos de ajuda, em termos de recursos, como forma, inclusive de retribuição daquilo que o povo do Paraná presta à Nação.

Agora, Vossa Excelência aborda um assunto, que é a pura expressão da verdade, é a falta de poder político neste Estado.

Acho, e quero até concordar com o nobre Líder do Governo, que as forças políticas do Paraná, as Lideranças vivas deste Estado independentemente, de colocação partidária, devem-se unir em torno do Estado do Paraná. Porque as pessoas que aqui moram, os homens que aqui trabalham, não podem ficar à mercê de problemas políticos ou de resistência política, por parte da União em determinado grupo político que hora comanda os destinos da política nesse Estado.

Com a demissão, com o pedido de exoneração do Sr. Maurício Schulmann, parece-me que estão devidamente configurados aqueles comentários iniciais, quando da posse do General Figueiredo na Presidência da República, de que o Estado do Paraná no Governo do Sr. General Figueiredo, seria o grande sacrificado e, em última análise, o povo seria o maior prejudicado porque Figueiredo não daria nada a este Estado, por não querer conviver politicamente com o Governador Ney Braga.

E, vou mais além, de que cargos importantes nenhum

daria ao Estado do Paraná, porque o Sr. Governador Ney Braga, teria conspirado contra o Sr. Figueiredo quando da sua candidatura à Presidência da República.

E acho que esses boatos hoje, se tornam realidade. Porque talvez o último paranaense que ocupava um elevado cargo na administração Federal, o Sr. Maurício Schulmann, fora agora demitido ou exonerado, melhor dizendo, a seu pedido.

Tenho as minhas dúvidas, nobre Deputado se o Sr. Maurício Schulmann realmente quis deixar a ELETROBRÁS.

Acho que ele foi obrigado a pedir exoneração. Agora, de uma coisa tenho convicção: de que os boatos da conspiração do Governador Ney Braga ao candidato João Baptista Figueiredo na época da sua eleição, acho que isso sim, tem fundamento, tanto tem, que o Paraná hoje não tem representação a nível federal.

E o nosso povo continua a dar tudo pela União e está continua a não dar nada pelo Paraná.

Agora, grande culpa também cabe, às lideranças políticas do Estado do Congresso Nacional, especialmente às lideranças do Governo, que tem acesso junto à política governamental e nada tem feito, muito pelo contrário, tem assistido passivamente os poucos representantes que o Paraná tinha no Governo Federal, serem demissionários, como é o caso do Sr. Carlos Rischbieter, agora do Sr. Maurício Schulmann.

É profundamente lamentável, o povo do Paraná não merece isto.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Com certeza, sua argumentação é profunda, séria e valoriza essas nossas colocações. Pelo tempo, Sr. Presidente, concluo dizendo, que esse assunto merece, por esta razão, voltar para tratar até de um título que entendemos ser presente e necessário que é o inverno do patriarca do Paraná.

Sr. Presidente, vamos voltar ao assunto; mas que fique para reflexão de que muito do que está acontecendo no Estado, a ausência deste poder político que existe no Executivo, no Judiciário e no Legislativo, muito da perda deste poder político, tenho certeza, exatamente está ligado à maneira como este Estado tem se conduzido nesses últimos dezesseis anos, sempre concorde com tudo o que emana do Poder Central autoritário deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa consulta a Liderança do PDS sobre se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Apenas para justificar o aparte que endereçamos ao nobre Deputado Dácio Leonel, quando se encontrava na tribuna.

Tivemos a impressão que Sua Excelência falava no horário destinado à Liderança do Partido Popular, por isto solicitamos o aparte e afirmamos não desconhecemos o Regimento Interno, que proíbe apartes no Pequeno Expediente.

Mas, naquela oportunidade, tencionávamos dizer ao Deputado Dácio Leonel, que as suas afirmações, na exposição que fazia à Casa, elas não colidem absolutamente com o comportamento da Bancada do PDS, relativamente aos pedidos de informações.

Volto a repetir, os pedidos de informações do nobre Deputado José Tavares, aprovado anteontem, nesta Casa, que sentimos, identificamos a preocupação do nobre Deputado com um problema sério, que é a tarifa de água e de saneamento, é evidente que a bancada deu curso, deu seguimento ao pedido de informações.

Quanto ao outro pedido de informações, o nosso pensamento foi diverso. Por isso, votamos contrariamente.

Traz hoje, o nobre Deputado Dácio Leonel, um fato novo

à Casa. Acusações gravíssimas...

O Sr. José Tavares — Permite-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Acusações gravíssimas, já darei o aparte a Vossa Excelência, com muito prazer, à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. Inclusive o nobre Deputado Dácio Leonel se dispõe a anexar notas fiscais de irregularidades que estariam ocorrendo dentro daquela Pasta. Então queríamos oferecer o aparte para dizer que, desde já, subscreveremos com prazer o pedido de informações do nobre Deputado Dácio Leonel, porque este sim é baseado em documentos comprobatórios; e a Bandada do PDS, repetimos, não tem nada a esconder. Se alguém errou, que pague pelo erro. Apenas nós, como bancada política, nos reservamos o direito de aprovar aquilo que, politicamente, interessa à bancada da maioria.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Aproveitando a oportunidade, nobre Líder, apenas para dizer que tem coisas que não dá para entender. Se fosse uma denúncia que este Deputado estivesse fazendo à Casa, não precisaria de pedido de informações. Busca-se as informações para saber se o que eu pretendo obter é verdade ou não. E Vossa Excelência...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concordo com o entendimento de Vossa Excelência, o nosso é diverso, Vossa Excelência também tem que concordar.

O Sr. José Tavares — Concordo, claro. Mas o que só não posso entender é que Vossa Excelência, costumeiramente, tem dito nesta tribuna que "o peixe morre pela boca". Realmente, ele morre pela boca, e Vossa Excelência demonstrou quando foi à tribuna. Porque não estou acusando e denunciando o Governo do Estado, estou levantando hipótese ou em face desta hipótese, é que estou buscando informações. E Vossa Excelência me nega este direito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas Vossa Excelência sabe bem que a honra dos homens...

O Sr. José Tavares — Mas não acusei ninguém, nobre Líder.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me deixe concluir o meu pensamento. A honra dos homens é como um balde de água, se coloca dez litros de água no recipiente, atira-se no chão, pode-se chegar com uma esponja, com um pano; vai recolher apenas 8 litros. Dois litros se perdem. Esta história de dizer, consta que o Secretário, fulano de tal está levando dinheiro nesta transação, o consta que é o perigoso. Traga Vossa Excelência elementos comprobatórios, como se dispõe o nobre Deputado Dácio Leonel...

(Faz soar os tímpanos)

Sr. Presidente, me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos) Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Este raciocínio não foi feito. Vossa Excelência pode anexar documentos e a banca da continuar negando, eu darei curso a um pedido de informações.

Mas traga Vossa Excelência provas comprobatórias, que houve fraude neste terreno que foi adquirido, ou está para ser adquirido, que nós estaremos ao lado de Vossa Excelência para apurar os responsáveis.

O Governador Ney Braga é um homem profundamente honesto e no trato de coisa pública e não vai permitir que no seu governo, se cometam atos de corrupção. Isso eu posso garantir a Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me assegura a continuidade do aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pois não, com todo o prazer.

O Sr. José Tavares — Apenas para dizer a Vossa Excelência que se eu tivesse provas veementes de alguma falcatura, de alguma negociata, eu não viria pedir informações; entraria

com uma ação em juízo contra os autores desta negociata. Talvez falte a Vossa Excelência um mínimo de formação jurídica, para entender que quando se tem provas suficientes de autoria, pela prática de um delito, se representa contra esta pessoa e não pede informações. É o que eu fiz, nobre Líder; pedi informações. Eu não estou acusando ninguém. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não precisa colocar no condicional. Dizendo que talvez me faltem conhecimentos jurídicos. Realmente me faltam. Realmente me faltam. Vossa Excelência tem toda a razão, eu não tive a felicidade como Vossa Excelência de sentar nos bancos universitários. Por razões que não interessam à Casa e nem a ninguém.

Então me faltam realmente esses conhecimentos. Mas tenho a universidade da vida, onde eu aprendi muita coisa, nobre Deputado, inclusive que Vossa Excelência tem sido afoito, em determinadas acusações a esta Casa e que depois tem que engolir, como foi o caso da denúncia que Vossa Excelência fez contra o Juiz de Direito. Vossa Excelência tem sido afoito, na divulgação de acusações gratuitas...

O Sr. José Tavares — (Aparteia insistentemente, falando junto com o orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E isto nenhum banco escolar ensina. É preciso que haja efetivamente bom senso, equilíbrio na atuação do homem público.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos) Está com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concedi e concedo a Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Nobre Líder, apenas para dizer a Vossa Excelência que sobre a verdade, não deve pairar nenhuma dúvida. O problema, eu não engoli nada com o problema do Juiz de Direito. Eu não denunciei...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Interrompe insistentemente o Deputado aparteante)

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite continuar no aparte? (Assentimento)

Eu não denunciei Juiz de Direito corrupto nenhum.

Eu disse e repito: Se existir uma coisa que jamais me tocará, é a omissão. Eu não sou omissor. Eu recebi a correspondência e encaminhei a quem de direito. Mas não denunciei. Como também não estou denunciando o Governo do Estado, de negociata. Vossa Excelência, eu acho que agora estou entendendo bem o posicionamento de Vossa Excelência. Eu até acredito que não vem ordem do Palácio, para rejeitar alguns pedidos de informações. Vossa Excelência talvez esteja com fobia dos pedidos de informações da Oposição. Porque se Vossa Excelência tivesse tido o zelo que tem tido aqui — mas neste caso não teve — de ler a justificativa do meu pedido de informações, Vossa Excelência iria entender o porquê eu não admito e não aceito passivamente, a sua rejeição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço que Vossa Excelência me devolva a palavra que ele está aproveitando e fazendo um discurso paralelo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero refutar duas afirmações. Primeiro que não existe fobia; existe bom senso de nossa bancada, na análise de alguns pedidos de informações do nobre Deputado José Tavares, que sempre peca pela base.

Segundo, ele que invocou os conhecimentos jurídicos, parece que também não os tem. Porque quando ele recebeu uma carta de acusação contra um membro da Justiça, ele de-

veria primeiro, primeiro se certificar, se realmente o Tribunal, já não havia tomado as providências. (interrupção)...

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, me assegura, por favor a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Em primeiro lugar, devia tomar conhecimento se o Tribunal de Justiça havia tomado as providências legais cabíveis na acusação. Não o fez. Quis ser sensacionalista; já largou para a imprensa divulgar uma carta apócrifa, enlameando a honra de um homem. Esse é o comportamento do nobre Deputado José Tavares, em determinados episódios, ele que é um mestre, que conhece todas as filigranas jurídicas. Agora eu, sou analfabeto de pai e mãe, e não posso acompanhar a sumidade jurídica que aí está.

Concedo aparte ao nobre Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência faz um pronunciamento extremamente oportuno. Eu creio que a Oposição, ou alguns setores da Oposição, devem ser realmente mais responsáveis ao lidarem com a honra e a dignidade alheias.

Vossa Excelência menciona muito bem o caso concreto de S. José dos Pinhais.

O Deputado José Tavares atuava em cima do abstrato, porque recebia uma carta que ele não sabia se era autêntica. Então, veja Vossa Excelência que está...

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Deputado José Tavares, o Deputado Aírton Cordeiro está falando em aparte.

Vossa Excelência tem que pedir permissão ao orador, se quiser apartear.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Questão de ordem) O Deputado Aírton Cordeiro está apartear o Deputado Erondy Silvério, que está falando em nome de quem? Da Liderança? No Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência e desculpo os ardores do nobre Deputado José Tavares, que é meu amigo pessoal, que eu respeito muito, mas quem está com aparte é o nobre Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Aírton Cordeiro — Então veja Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, vejamos Srs. Deputados que realmente está muito fácil hoje, mexer com a dignidade de terceiros. Não é o simples fato de se colocar qualquer afirmação no condicional, que nos dê o direito de enxovalhar publicamente o nome de homens de respeito. Então, deve ser uma obrigação inerente à nossa atuação Parlamentar, uma investigação primária, para se saber se aquela investigação vai nos levar à convicção de que existe, pelo menos, algum indício, de que o dolo ou a culpa ocorrem em qualquer situação.

E para se fazer isso não é necessário cursar nenhuma faculdade de direito. Basta que se dêem a noção de respeito à dignidade humana, basta que se dêem o respeito aos homens públicos, basta que se dêem o respeito ao mandato que estamos exercendo, porque, quando assumimos a nossa cadeira nesta Casa, não o fizemos por nenhuma atitude leviana de quem quer que seja, muito mais dos eleitores que nos colocaram aqui.

Creio, então que, Vossa Excelência faz um pronunciamento oportuno, e disse bem recentemente o Senador Jarbas Passarinho, "as agressões verbais da Oposição — em alguns casos — chegam a ser insuportáveis, porque a Oposição não se compromete com a formação da prova; a Oposição assume, simplesmente, o compromisso — não são todos os homens da Oposição — mas simplesmente, de denunciar por denunciar". E disse bem Vossa Excelência "para causar sensacionalismo",

e um sensacionalismo barato, irresponsável, e nefasto para o próprio conceito do homem político do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência foi muito feliz neste aparte, porque sintetizou aquilo que eu pretendia dizer, e que fui impedido pelos constantes apartes, que muito me honraram, do nobre Deputado José Tavares.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Sou daqueles, Deputado Erondy Silvério, que, na continuidade da vida, aprende muita coisa. Alguns não aprendem.

E eu sei que fica meio desajeitado — é o termo exato se dirigir nesta Assembléia, contra alguém, e não provar.

Agora, meu caro Deputado Erondy Silvério, alguns fatos também que ocorreram aqui, mostram que existem alguns homens no Paraná, da administração do Executivo, mentirosos também. E a prova está de um pedido de informações feito por nós. Recebemos a resposta, há alguns dias atrás, lemos e depois conversando com outro ilustre Deputado, Dácio Leonel, que nos disse ter alguns documentos que vai trazer aqui, que comprovam que o Secretário é mentiroso. Isso vai ser feito na próxima semana.

Agora, evidentemente, que não se deve jogar a coisa como se joga às vezes. Ora, se não temos oportunidade de obter informações, como por exemplo, fazer um pedido de informações à COPEL, para ver se existem coisas erradas em alguns recebimentos. Poderíamos fazer isso. Mas, o que quero dizer é que não há nada de pessoal mas, que, às vezes, as coisas vêm também erradas, para esta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e admito que existe gente mentirosa no mundo. Aliás, todos somos mentirosos. Então, Vossa Excelência traga as provas do que afirma, vamos analisá-las, para depois fixarmos nosso posicionamento com relação a possíveis erros que Vossa Excelência traga.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para dirimir, de vez, uma dúvida que ainda deve pairar sobre a cabeça do Deputado Aírton Cordeiro, de que este Deputado, além de ser excessivamente responsável, não tem o dever e o direito de se omitir nesta Casa.

Não acusei Juiz nenhum, não disse que ele é corrupto. A única coisa que fiz foi — se é que devo ter errado — não ter ido ao Tribunal de Justiça, coisa que também não faço.

Agora, recebi, nobre Deputado, uma carta fechada, com selo, encaminhei o envelope original, o cartão original, ao Tribunal de Justiça, através da Mesa e não emiti nenhuma opinião a respeito do assunto, se era verdadeira, se era falsa, ou verdadeira; se o juiz era ladrão, ou não era. Esse problema foi levantado depois, nesta Casa, pelo Deputado Aírton Cordeiro, que confessou ter recebido a mesma carta, 4 meses antes, e nada ter feito.

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero lamentar que o Deputado José Tavares esteja falando com a verdade. Porque, disse da tribuna, que ao receber a carta — e mais além, não só recebi a carta como recebi a visita de uma pessoa na Assembléia Legislativa — tive o cuidado de, imediatamente, dirigir-me ao Tribunal de Justiça, para saber se aquele fato era do conhecimento do Tribunal. E o Tribunal me informou, oficialmente, que a Corregedoria, já havia tomado conhecimento do assunto e chegado à conclusões. E quando aquele acusador que se esconde no anonimato — e o homem que se esconde no anonimato é um covarde — não tem nenhuma noção de responsabilidade — se dirigiu ao Deputado José Tavares, Sua Excelência não teve nem o cuidado de saber se aquele camarada existia. O simples fato de escrever uma carta a alguém, não significa nada. A assina-

tura pode ser falsa, o nome pode ser forjado. Lamento que o Deputado José Tavares, como ex-Delegado, não saiba disso, e se atire numa aventura sem ter o conhecimento mais elementar para atirar publicamente — como atirou — o nome de um Juiz de Direito.

Se Sua Excelência não deu divulgação àquele episódio, a imprensa, no seu papel, deu divulgação. E o denunciante passou a ser, publicamente, o Deputado José Tavares.

Ora, se Sua Excelência errou uma vez, não erre a segunda, porque realmente, não nós do PDS, mas qualquer Deputado bem intencionado não há de calar, não há de calar, diante de uma atitude impensada, ou leviana, ou irresponsável, ou menos compatível com o mandato Parlamentar.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está esgotado o prazo concedido a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, devidamente apoiado por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 96/80, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. A Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao referido projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 72/80, que declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Assistência Social — Lar dos Meninos do Xaxim", da Cidade de Curitiba — Pr. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 72/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — LAR DOS MENINOS DO XAXIM, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 79/80, que declara de utilidade pública a "Escola Especializada Amor Perfeito", mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 79/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA ESPECIALIZADA AMOR PERFEITO, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com

sede na Cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 88/80, que altera redação da Lei n.º 6.755, passando a declarar de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo", mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 88/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n.º 6.755, de 16 de dezembro de 1.975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na Cidade de Umuarama."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 97/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá", com sede e foro na Cidade de Paranaguá. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 97/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ — APAE, com sede e foro na Cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 99/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes", com sede e foro na Cidade de Bandeirantes — Pr. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 99/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro na Cidade de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 104/80, que de-

clara de utilidade pública a "Loja Maçônica Oliveira Zanini n.º 45", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 104/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA OLIVEIRA ZANINI N.º 45, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com o apoio dos Srs. Deputados Lineu Turra e Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Doutor Gastão Vieira de Alencar. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 108/80. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leônêl, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, em forma de pedido de informações referentes a publicação de matéria promocional em jornais. Rejeitado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e procederá à verificação de votação. Solicito dos Srs. Deputados que tomem seus devidos lugares para verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, sobre esta matéria ela está vencida; poderá ser feita nova chamada nominal para outros requerimentos e não para este, absolutamente. Vossa Excelência proclamou o resultado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Solicito aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Queria dizer a Vossa Excelência que o voto do Deputado Paulo Camargo foi computado e ele não estava, por que no lugar da Comissão Executiva, só votam os componentes da Comissão. O voto do Deputado Paulo Camargo e também do Deputado Gilberto Carvalho. Precisamos que Vossa Excelência faça chamada nominal para verificarmos.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência proclamou o resultado segundo a chamada nominal do Sr. 1.º Secretário.

O SR. GABRIEL MANOEL — E como votou, pela ordem.

Sr. Presidente, o Deputado Paulo Camargo, que estava fazendo parte da Mesa? Isto é coerente, com o Regimento Interno. O Sr. 1.º Secretário nos afirmou que computou o voto do Deputado Paulo Camargo, que estava junto à Comissão Executiva, e que acho que isto não tem amparo legal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência que solicite ao Sr. 1.º Secretário a informação se ele computou o voto do nobre Deputado Paulo Camargo, que não estava no plenário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Domício Scaramella) Foi computado o voto do Deputado Paulo Camargo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa verificará o Regimento Interno sobre a presença dos Srs. Deputados no plenário.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — (Pela ordem) Gostaria de solicitar ao Sr. 1.º Secretário se ele computou também o voto do Sr. Basílio Zanusso, contrário à matéria. Porque pelo que diz o Regimento Interno, o Sr. 1.º Secretário, Basílio Zanusso, deveria estar na Mesa. Não estando na Mesa, estando no plenário, ele está incorrendo em crime de irresponsabilidade inclusive.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Parece-me que a coisa está muito clara. A confusão é desnecessária. Há um processo de eleição de uma determinada matéria que se concluiu. Este processo de eleição, de votação, foi devidamente apurado. Concluiu-se num momento em que a autoridade máxima, que está conduzindo esta Casa, saciamentou, proclamando que o requerimento estava aprovado...

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos).

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não conclui.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, o Deputado Nelson está com a palavra. Vossa Excelência cassa a palavra dele?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Por isto, eu queria só para concluir, Sr. Presidente, inclusive cumprimentando Vossa Excelência pela maneira com que proclamou decididamente. Proclamou-se e proclamado está. Além do mais, as notas taquigráficas devem estar claras sobre o assunto. Mas defendendo aqui, com ampla liberdade, e defenderei sempre, o direito regimental da Liderança de pedir a chamada nominal para a sequência da sessão. Isto defendendo e defenderei sempre.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, solicito pela ordem, para ver se restauro a ordem nesta Casa, que é necessário. Vossa Excelência proclamou o resultado sob a informação da Secretaria, que ao nosso entendimento, ao entendimento público e notório desta Casa, computou voto de Deputado que não se achava no plenário. Portanto, no meu entendimento, regimentalmente, este voto não poderia ser computado. Diante disto, Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Pela ordem.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) ...Portanto no meu entendimento, regimentalmente este voto não poderia ser computado. Diante disto, Sr. Presidente, para que se restaure a ordem, eu solicito da Mesa que se coloque novamente em verificação de votação a presente matéria. Porque na verdade, não se pode considerar a votação de Deputados que não se acham no plenário.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Eu devo dizer uma coisa, Sr. Presidente, levantou-se agora, o Deputado Augusto Carneiro, a honestidade do Deputado Domício Scaramella.

ramella.

(Várias interrupções de Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos).

O Presidente passará a ler o que diz o Regimento Interno, quanto à verificação de votação.

“Requerida a verificação de votação, o Presidente imediatamente convidará a levantar-se os Deputados que votaram a favor, afim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, para ser também procedida a contagem. Proclamando finalmente o resultado apurado, pró ou contra”.

O SR. JOSÉ TAVARES — E foi o que Vossa Excelência fez.
O SR. PRESIDENTE — O Deputado é obrigado a estar na sua bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, nós queremos ver a decisão de Vossa Excelência.

A decisão final é o que diz o Regimento com relação aos Deputados que votam, no processo de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) O Deputado deverá estar na sua bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exato. Então, não pode ser computado o voto do Deputado Paulo Camargo.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Diante disto, Sr. Presidente, nós requeremos novamente a verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos): A Presidência, para decidir, indagará ao Sr. 1.º Secretário se procedeu a contagem dos Srs. Deputados que estavam na bancada. Se os Srs. Deputados que foram computados, se encontram no plenário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Domício Scaramella) Encontrava-se o número de 16 Srs. Deputados que votaram favorável ao requerimento, inclusive o Deputado Paulo Camargo que se achava no momento na Mesa Executiva, indo se retirar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Em pé. Em pé nas duas votações.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos) Segundo o Regimento, tem que estar na bancada. Vamos proceder nova verificação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos).

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, quero dizer a Vossa Excelência, depois que o Deputado Quielise deixar de cochichar nos seus ouvidos, o seguinte:

Sob pena de sua autoridade estar em jogo, Vossa Excelência não deve voltar atrás da decisão que tomou, que proclamou na sessão de hoje. Ou Vossa Excelência mantém a sua decisão, ou então não está sendo digno do cargo que está ocupando. Porque não é possível isto aqui, uma casa de homens responsáveis, e não é possível que aceitemos passivamente; Vossa Excelência proclamou um resultado, e depois, diante da pressão, que entendo justa, até, direito da Liderança do Governo, de esperar.

O “Jus Espernandi” é um direito de quem tem que se defender. Vossa Excelência vem alterar seu resultado, a sua decisão. Não é possível, sob pena deste Poder se ver desgastado e imaculado, por falta de pulso de um Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente,

antes que Vossa Excelência responda aos insultos oferecidos pelo nobre Deputado José Tavares, que parece desconhecer o Regimento Interno da Casa, quero dizer que nunca uma decisão foi mais justa e soberana, como a de Vossa Excelência, porque o Regimento Interno da Casa determina que os Srs. Deputados estejam ocupando as suas bancadas por ocasião da votação.

O nobre Deputado Paulo Camargo se absteve da votação, porque manteve-se em pé durante as duas vezes em que Vossa Excelência colocou em votação.

Então, ele votou a favor e contra, a prevalecer o raciocínio da bancada da Oposição. Vossa Excelência acaba de tomar uma decisão soberana, equilibrada, justa, e que demonstra grande personalidade que Vossa Excelência tem para dirigir os trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente e nobres Colegas desta Casa.

Lamento este incidente, e estou vendo que foi por causa do resultado 16 x 15.

Quero dizer aos Senhores, que a consideração que tivemos com o Deputado Paulo Camargo, é aquela consideração que, a todo momento, quando estamos na Primeira Secretaria, temos tido com os demais Srs. Deputados.

Muitos dos Srs. Deputados de ambas as bancadas, têm respondido a chamada nominal no lugar da imprensa desta Casa; outros Srs. Deputados respondem a chamada nominal nas Tribunas de Honra, e nós temos considerado.

Agora, não aceitamos que a nossa contagem não valha, porque respeitamos Sua Excelência o Deputado Paulo Camargo, que no momento se encontrava junto com a Executiva. Votou a favor do requerimento do Sr. Deputado Dácio Leonel, e na outra votação, sentou-se onde está o Deputado Basílio Zanusso.

É uma consideração que tivemos com o Deputado Paulo Camargo, e eu pediria à Bancada do PDS que tivesse consideração. Ela perdeu na votação, por isso não vai cair esta Casa.

Vamos deixar por terminado e respeitar a decisão do Sr. Presidente; que já deu 16 x 15, do contrário, não farei mais contagem quando for Secretário, abstenho-me.

Eu me retirarei da Mesa, se minha pessoa não merece consideração; então não devo participar da Mesa.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, quero declarar aqui, que no momento em que me encontrava conversando com o Sr. Segundo Secretário, houve um pedido de verificação de votação.

E, como eu me achava lá em cima, votei favoravelmente ao requerimento do meu líder, Deputado Dácio Leonel; posteriormente, como disse o Deputado Domício Scaramella, sentei-me na cadeira onde está o Deputado Basílio Zanusso.

Não sei se Vossa Excelência julgará que o meu voto aí na Presidência seja válido ou não. Isto é decisão sua. Mas, na votação, fui favorável ao requerimento.

Se o meu voto no momento em que estava na Presidência ou junto ao Sr. Segundo Secretário é válido, é uma decisão sua.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nós continuamos vencendo no nobre Deputado Paulo Camargo, um dos grandes Deputados

da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e agora, a sua questão de ordem, realmente demonstra a sua elevação e caráter.

Entretanto, isto não é necessário; Sr. Presidente. Este episódio, esta declaração de voto não é necessária, para que se violente o Regimento Interno.

Vossa Excelência acaba de tomar uma decisão sábia, serena, prudente e justa, em fazer nova verificação de votação. Porque, a prevalecer a argumentação do nobre Deputado Paulo Camargo, eu traria um Deputado que está ali no corredor, da bancada, e ele chega aqui e diz que vota contra o requerimento, e estaria Vossa Excelência diante de um novo impasse.

Então, Vossa Excelência tomou uma decisão sábia, justa, que vamos respeitar numa nova verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de ordem) Eu gostaria, Sr. Presidente, de apenas acrescentar que, o que disse há pouco o Deputado Paulo Camargo, transforma não só o seu veredito anterior, como uma demonstração clara de que ele traduziu o que se pretendia, ou seja, 16 a 15, como acima de tudo, passa a transformar a decisão até matemática: um Deputado que estava aqui no plenário, não estava no corredor, não estava em nenhum outro lugar, estava aqui no plenário, votou, seu voto foi computado. A Presidência proclamou o resultado.

Ora, proclamado o resultado, há uma sentença: esta sentença, está definitivamente posta. Querer sofismar em cima da interpretação do Regimento, é querer desviar e querer tumultuar a manifestação de Vossa Excelência, como bem fez há pouco o Líder da maioria, alegando o Regimento Interno, esquecendo-se que, quem não cumpre o Regimento, não pode alegar o cumprimento dele para com os outros.

A maioria desta Casa, cumpriu com a obrigação na hora de votar, se perdeu, o Regimento Interno prova a coisa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela ordem.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, estou com a palavra.

Apenas estava aguardando o recurso auricular do Deputado que se encontra falando com o Presidente, para continuar.

Só estava aguardando que o Deputado Quielise Crisostomo que estava, há pouco, num recurso auricular com Vossa Excelência, terminasse sua brilhante, por certo, exposição.

Concluo dizendo, Sr. Presidente, que não devemos, nesta hora, tergiversar encima do Regimento Interno. Ainda espero que mais esse assessor termine de conversar com Vossa Excelência, para em seguida, definir meu voto.

(Pausa).

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência, neste instante, confirmasse sua manifestação, que foi clara. Aliás, não há o que confirmar — me perdoe — a coisa já está posta. Defendo a chamada nominal para continuação da sessão, mas não para tratar de assunto já sentenciado, portanto, julgado e vencido, sem mais necessidade de ficarmos aqui querendo tratar do passado, que é coisa já concluída, já traduzida e definida. É matéria vencida, Sr. Presidente, por uma questão inclusive de lógica, de matemática, de manifestação do Deputado Paulo Camargo, não só no aspecto científico, por uma questão absolutamente lógica, essa matéria está vencida.

Continuemos portanto, Sr. Presidente, faço questão de repetir este argumento: continuemos a sessão, porque aquela matéria está vencida.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem) Sr. Presidente, me parece estar havendo um tumulto com o objetivo de anular o resultado proclamado por Vossa Excelência

O que realmente aconteceu por parte do Líder situacionista desta Casa, foi um requerimento solicitando do Sr. Presidente que determinasse a chamada nominal dos Srs. Deputados. Não argüiu, oportunamente, a nulidade do resultado que Vossa Excelência proclamou.

Portanto, o que o Líder do PDS solicita de Vossa Excelência, Sr. Presidente, é pura e simplesmente que seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Não argüiu Sua Excelência, a nulidade sobre o resultado que Vossa Excelência proclamou.

Portanto, a chamada nominal que o Líder situacionista requereu, que Vossa Excelência deverá ou não, mandar fazer, não tem nada a ver com a matéria que foi votada e aprovada, nesta Casa. Ela é matéria vencida, sobre ela não foi argüida nenhuma nulidade de votação, vício ou erro de qualquer natureza, Sr. Presidente.

Vossa Excelência deve mandar proceder a chamada nominal, então; mantendo o resultado, que é pura e simplesmente cumprir o Regimento Interno desta Casa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, mais uma vez, volto a reiterar a solicitação que havia feito já de início: não de chamada nominal, mas de verificação de votação.

Entendemos que foi falha a verificação feita, quando se computou voto de Deputado ausente do plenário, o que foi confirmado pelo ilustre Deputado Paulo Camargo. Respeitamos e acatamos a sua decisão, mas ele terá, na oportunidade de verificação de votação, de manifestar o seu voto em plenário, para que fique, de vez por todas, caracterizada e clara a votação da presente matéria, Sr. Presidente.

Não queremos aqui, alegar incapacidade de nenhum dos Srs. Deputados; também acatamos e respeitamos a conduta do Deputado Domicio Scaramella, esse grande Deputado que tanto tem valorizado esta Casa, mas a verdade é que, a interpretação regimental feita pelo eminente Deputado, quando computou um voto que não se achava no plenário, o vício e a falha da votação, da verificação de votação, foi esta, Sr. Presidente, que deve ser reparada, para ser respeitada e ser resguardada a força e o poder desta Casa e também do Regimento que rege esta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu gostaria apenas que Vossa Excelência decidisse.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, se for observado todo o nosso Regimento Interno, e se Vossa Excelência quisesse ser um homem íntegro inteiramente nesta manhã, inclusive o do eminente Deputado Airtton Cordeiro não poderia ser computado, porque ele não se traja decentemente — se nós formos levar à letra o Regimento Interno.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Gostaria que o Deputado Darcy Deitos conceituasse o que seja tratar-se decentemente.

O SR. DARCY DEITOS — A gravata. É histórico.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se a gravata significa decência, lamento, Deputado; talvez haja muita gente de gravata, sem decência.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência, como censor da bancada...

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, no sentido de ser respeitado integralmente o Regimento desta Casa.

O Artigo 176 do Regimento Interno é claro quando diz que: "Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que tenha delas

participado poderá pedir a verificação de votação."

E no seu parágrafo primeiro: "Requerida a verificação, o Presidente imediatamente convidará a levantarem-se os Deputados que votarem a favor, a fim de ser procedida a contagem; feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, para ser procedida a contagem, proclamando, finalmente, os resultados apurados, pró e contra."

Ora, Sr. Presidente, não se coloca aqui, em dúvida, a atuação do Sr. Secretário Domício Scaramella ao momento de fazer a contagem, mas se coloca realmente em dúvida, não quanto à pessoa do Deputado, mas, quanto à posição do Deputado na hora da votação, do eminente Deputado Paulo Camargo, que não se encontrava no lugar adequado para a votação. E como não se encontrava no local adequado para a votação, evidentemente que está prejudicada a verificação de votação. Nós estamos cansados, realmente, de ouvir advertências de Vossa Excelência e do Deputado Fabiano Braga Côrtes, no momento da verificação de votação, para que os Srs. Deputados tomem os seus assentos nas suas respectivas bancadas, ou no Plenário desta Casa, neste, que é o lugar adequado para votarmos. Então me parece, Sr. Presidente, que, negar o direito a uma nova verificação de votação significa violentar o Regimento da Casa, e o Regimento é a nossa cartilha, o Regimento é a nossa bíblia, é pelo Regimento que nós devemos nos orientar aqui dentro. É simplesmente isto que nós pedimos, que, se respeite a regra consagrada no Artigo 176 do Regimento Interno, e que, todos os Srs. Deputados que queiram participar de um processo de votação, ocupem os lugares adequados para a votação.

É o apelo que eu faço, Sr. Presidente, e não é um apelo emocional, é um apelo frio, para atender a letra do Regimento que é o nosso superior instrumento legal dentro desta Casa. Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, é preciso que se clareie de uma vez por todas, aqui.

Pretende-se anular o resultado dado; o que acabamos de ouvir do Deputado Aírton Cordeiro, ele deveria tê-lo feito, nos momentos que antecederam a proclamação. Por favor, Sr. Presidente, não vamos, agora, querer sair mais uma vez pela tangente, porque, as coisas devem ser requeridas, nos seus momentos certos, para isto existe o Regimento Interno, é lógico, não, para sofismar em cima dele, para querer mudar resultados proclamados! Toda razão poderia ser dada ao Deputado Aírton Cordeiro se, levantada a hipótese que trouxe há pouco, ocorresse no período antecessor ao processo de votação, não em cima de resultado proclamado. Argumentar em cima de matéria vencida, argumentar em cima de decisão de Juiz, de sentença dada e julgada, é fugir não só ao Regimento como ao bom senso.

Eu já nem apelo mais ao Regimento, apelo ao bom senso de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Deputado Nelson eu peço a Vossa Excelência um pouco de atenção para o que diz o artigo 176. A verificação de votação só pode ser solicitada, depois de proclamado o resultado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) A verificação foi solicitada e depois proclamada. Foi feita a solicitação pelo Deputado Líder do PTB, nesta Casa. Por favor.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente. O Deputado Aírton Cordeiro já está querendo usar pela terceira vez a mesma questão de ordem. Sr. Presidente, eu peço a Vossa Excelência uma Questão de Ordem.

Vossa Excelência proclamou o resultado, o processo de votação se deu normalmente, Vossa Excelência no início proclamou o resultado de rejeitado o requerimento, o Líder do PTB, pediu verificação de votação, Vossa Excelência colocou em verificação de votação, foi constatado 16 a 15. Pois bem, Sr. Presidente, proclamado o resultado, já nós estávamos na

matéria seguinte, levantou-se a Questão de Ordem. Agora, depois da decisão de Vossa Excelência só temos uma decisão a tomar, a decisão de Vossa Excelência é definitiva portanto, se a Bancada Situacionista achar que não é definitiva, deve recorrer ao Judiciário agora somente, como nós recorreremos se Vossa Excelência tomar outra decisão. Nós vamos recorrer ao Judiciário...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, como é meridiano, num campo de futebol, em que pese a nossa admiração pelo grande companheiro Paulo Camargo nosso amigo, que admiramos. Num campo de futebol, o jogador tem que estar na pista para jogar, o reserva fica no banco.

Então, Vossa Excelência veja Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Paraná, os Deputados devem tomar assento nestas cadeiras. Então, nós respeitamos o Deputado Paulo Camargo, o Deputado Domício Scaramella, mas, não tem validade o voto do Deputado Camargo neste episódio, porque ele estava sentado junto com a Comissão Executiva, junto com os membros, que são três.

Então, com o respeito que eu tenho pelo Deputado Paulo Camargo e com o respeito que eu tenho por Vossa Excelência, esta votação deve ser feita novamente essa verificação de votação. E, só se pode Sr. Presidente reclamar, depois do fato consumado, como podemos reclamar em divagação, não sabíamos qual seria o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Essa Presidência vai decidir conforme o Regimento Interno. Pela ordem o Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Exatamente o que eu ia dizer.

Todavia, Sr. Presidente, apenas para demonstrar que a maioria na Casa não quer a aprovação do requerimento, para que não se demonstre o que nós vamos provar a semana que vem aqui, mais um chuncho do Sr. Secretário da Saúde, apenas isso.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, houve-se duas coisas boas neste episódio. Primeiro, a honestidade do Deputado Domício Scaramella, que confessou publicamente inclusive, desceu ao plenário, dizendo que computou o voto do Deputado Paulo Camargo, aí, da Mesa Executiva, mesmo não estando fazendo parte dela.

Louve-se também, a honestidade que para nós, não é novidade do Deputado Paulo Camargo, que também veio a plenário para dizer, que votou da Mesa Executiva, mas que ele se encontrava com os seus membros. Portanto, entendemos, Sr. Presidente, que está totalmente ferido o Regimento Interno desta Casa. Até hoje não houve um caso, eu que já tive a honra de ser o Presidente desta Assembléia, não houve até hoje um caso idêntico na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O próprio Regimento nos diz que os Deputados deverão estar, na hora da votação, aqui, no plenário da Casa e não atrás desta Presidência ou dos Srs. Secretários. Portanto, Sr. Presidente, parece-me que a decisão que Vossa Excelência tomou, em anular a votação, é totalmente coerente e justa, acima de tudo, não porque perdemos, não porque eles ganharam, não, absolutamente, mas porque Vossa Excelência está decidindo, o seu veredito será realmente com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa. Portanto, Vossa Excelência terá sempre o nosso respaldo se assim proceder.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de lembrar à Casa, já que se tocou no Regimento Interno, quanto aos trajes Parlamentares, e também de lembrar ao nobre Deputado que me antecedeu na palavra, que já houve casos que se não idênticos, semelhantes. Quando numa ocasião o nosso ex-Líder da Bancada, Nilsu Sguarezi, votava devidamente trajado, no entanto sem gravata, foi anulada aquela votação, exatamente porque a bancada majoritária havia perdi-

do. Naquela ocasião também já houve tumulto semelhante. Portanto, só para lembrar que não é novidade nesta Casa.

Agora, gostaria de fazer um apelo: sejamos bons perdedores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, mais uma vez pela ordem. Pediria que Vossa Excelência anulasse a votação, porque o Deputado Airton Cordeiro está sem gravata. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Quero confirmar o que disse o Deputado Gernote Kirinus. Argüido por Deputados de nossa bancada, não foi considerado o voto em determinada ocasião do Deputado Nilso Squarezzi porque não se encontrava com gravata. É desde que seja argüido por algum Deputado da bancada Opositorista, a anulação do voto do Deputado Airton Cordeiro, acho que seja coerente que seja nulo e não considerado também este voto.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente. Antes de Vossa Excelência proferir a sua decisão, gostaria que Vossa Excelência fizesse chamada nominal para verificar se a sessão tem condição de ter continuidade. Requeiro também um xerox das notas taquigráficas de toda esta sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência poderia dar a decisão da Mesa.

O SR. DARCY DEITOS — Absolutamente. Regimentalmente requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — A decisão Vossa Excelência já deu. Não tem o que decidir. A decisão já foi tomada, Sr. Presidente.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, a chamada nominal é normal porque não havendo número para continuidade da sessão, Vossa Excelência não poderá, nunca, dar a sua decisão. Há necessidade de número para dar a decisão.

O SR. DARCY DEITOS — Já foi dada, Sr. Presidente, regimentalmente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa, segundo o nosso Regimento Interno, esta Presidência ao proclamar o resultado da verificação da votação, o fez mediante a apuração dos votos do Sr. Primeiro Secretário, Domício Scaramella. Entretanto, levantada a questão, pela bancada da situação, de que o voto só será computado, mediante a sua presença na bancada, e o Deputado Domício Scaramella, constatou da sua contagem, confessando que o Deputado Paulo Camargo encontrava-se fora do local da sua bancada, nós procederemos a nova verificação de votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, agora eu requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente, e mais uma coisa, quero saber se Vossa Excelência contou também o voto do Deputado Airton Cordeiro?

O SR. DARCY DEITOS — Que tem que ser anulado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Quem contou os votos, foi o Sr. Primeiro Secretário. O Presidente não conta votos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Valeu? (tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos) — Diante do Regimento Interno, até que se prove em contrário, nós faremos nova verificação de votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente

(Tumulto)

O SR. JOSÉ TAVARES — É isso, Sr. Presidente, dirigindo da forma como Vossa Excelência dirige, dá nisso.

O SR. DARCY DEITOS — É o reflexo.

O SR. JOSÉ TAVARES — (É o reflexo) Vossa Excelência ao

invés de ter pulso e garantir a decisão que Vossa Excelência proclamou, não tem esse pulso, essa serenidade de magestade que o cargo exige. É o fim.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Isto é o que pensa Vossa Excelência. Procederemos a nova verificação. (Tumulto).

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu peço que Vossa Excelência encerre a sessão, para que haja serenidade.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal. (Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere. Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. Primeiro Secretário proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Quielise Crisóstomo) — (Procede a chamada nominal).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Antes que o Sr. Primeiro Secretário proclame o número de Deputados presentes, quero que os anais da Casa registrem mais uma vez, o grande espírito público de Vossa Excelência, a serenidade com que se houve ante até ataques pessoais, diga-se de passagem, injustos, porque Vossa Excelência nada mais fez do que determinar o cumprimento do Regimento Interno da Casa, que determina aos Srs. Deputados, neste episódio, que os seus votos só serão computados se eles tiverem tomado seus assentos junto às suas respectivas Bancadas.

Porque, vê Vossa Excelência que a Mesa tem apenas três lugares: Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. Qualquer outro Sr. Deputado que aí esteja, terá que, forçosamente, ficar em pé, como em pé estão os auxiliares da Mesa.

Então, se a votação na verificação é sempre na ordem inversa, para que se possa efetivamente avaliar o número de Deputados que votaram favoravelmente ou contra determinada matéria, jamais poderia ser computado um voto biônico. O voto do nobre Deputado Paulo Camargo, hoje, em que pese o respeito que tenho pela sua pessoa, foi biônico. Foi um voto "maria-mole", quer dizer, nem em pé, nem sentado. Foi um voto que realmente jamais poderia ser computado.

Então, Vossa Excelência houve-se com prudência, com dignidade, e, acima de tudo, com respeitabilidade, permitindo que os Srs. Deputados, alguns, extravasassem até em termos impróprios e anti-regimentais, a mágoa que lhes ia na alma, por não ter os seus desejos satisfeitos pela Presidência da Mesa.

Vossa Excelência, antes de proclamar o resultado, tenha a certeza, que eu falo, agora, como Deputado, que já está há tantos anos na vida pública, e que aprende a respeitar aqueles homens públicos que realmente cumprem o seu dever com dignidade, como Vossa Excelência fez na manhã de hoje.

Vossa Excelência tem a solidariedade da bancada, mas dela Vossa Excelência não precisa, porque Vossa Excelência tem a proteção da lei, e a lei suprema nesta Casa é o Regimento Interno.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que eu também tenha a oportunidade, como o Deputado Erondy Silvério, de dizer algumas coisas, antes que Vossa Excelência proclame o resultado:

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Devo dizer, Sr. Presidente, que apenas lamento a maneira da condução dos trabalhos no dia de hoje, mesmo porque, acredito que Vossa Excelência não teve, em parte, culpa, e, sim, o tumulto que se criou, em função da perda, nesta Assembléia, de uma matéria em que os homens do Governo não aceitaram perder e criaram este tumulto, deixando Vossa Excelência, inclusive, em uma situação muito deli-

cada, que eu não faria nunca. Era isto que eu queria dizer.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente.

Para acrescentar, também, às notas taquigráficas, antes do resultado da verificação de presença. Tão somente para dizer, Sr. Presidente, que está aqui, hoje, provado porque se quer extinguir também a sessão de sexta-feira, sem mais comentários. Por outro lado, Sr. Presidente, infelizmente, a presença do Deputado Paulo Camargo foi comparada à presença biônica. Não gostaria de dizer que também foram biônicas as presenças dos Deputados Airton Cordeiro e José Domingos, que votaram e seus votos foram computados.

Não chegarei a isso, Sr. Presidente, por uma questão até de raciocínio lógico. Mas, eu sei, Sr. Presidente, eu sei, que no seu íntimo, seu bom senso, traduziria realmente aquilo que aconteceu: 16 a 15. Sei disso. E vou embora, nesta sexta-feira, porque a sessão vai terminar, com a certeza absoluta, de que no seu íntimo, Sr. Presidente, Vossa Excelência que tem a magnitude de ser, hoje, o juiz desta sessão, vai a certeza absoluta — não só da confiabilidade na proclamação dada pelo Sr. Segundo Secretário — que no seu íntimo, a dedução clara é a sentença de 16 a 15.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem). Sr. Presidente, antes da proclamação do resultado, também gostaria de frisar e esclarecer, aqui, para que se registre nos Anais da Casa, para conhecimento de todos, de que não perdeu e não se ganhou nenhuma votação. Porque a votação teve defeitos, cujos defeitos foram levantados, estão ainda sendo discutidos e deverão ser

conferidos ainda numa próxima votação.

Porque, a votação se deu da seguinte forma: 16 a 15, está clara, todos sabem que foi esse o resultado, os votos anunciados, mas não foram votos válidos, porque um dos votos era anti-regimental. E se se eliminasse apenas esse voto, ficaria 15 a 15 e a votação seria empatada. Porém, se se eliminasse os dois votos que se argüem agora, e que até achamos válidos, de dois Srs. Deputados de nossa Bancada, não haveria "quorum" para votação, porque diminuiria o total para 28 votos. E 28 votos não dá "quorum" para votação. Da mesma forma, a votação seria prejudicada, Sr. Presidente.

É por isso que estamos, reiteradamente, insistindo para que se esclareça a votação porque, pode-se ganhar, ou perder, mas não se pode nunca ferir o Regimento Interno desta Casa, que é soberano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O Sr. Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 16 Srs. Deputados, não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 64/80 e 98/80.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26 e 43/80, e de Resolução n.ºs 49 e 50/80.

Levanta-se a sessão.